

CAPÍTULO 9 - Receitas

Estes estatutos não se encontram em vigor, consulte aqui a nova versão aprovada em Assembleia Geral de Associados a 18 de Maio de 2011

Â

CAPÍTULO 9

Receitas

ARTIGO 70º

Receitas

1.ª Constituem receitas do STAL:

- a) as quotas dos associados;
- b) as receitas suplementares e extraordinárias;
- c) as contribuições extraordinárias.

2.ª Todas as receitas darão entrada através de recibos devidamente numerados e rubricados pelo responsável do caixa e assinados pelo responsável dos serviços de contabilidade e tesoureiro sendo em seguida efectuado o respectivo registo contabilístico.

3.ª As receitas serão aplicadas no pagamento de todas as despesas e encargos resultantes do desenvolvimento da actividade sindical.

ARTIGO 71º

Distribuição de receitas

1.ª O produto da quotização, após dedução dos custos de filiação sindical, terá a seguinte afectação:

- a) 35% para encargos da organização nacional;
- b) 35% para participação às Regiões, calculada sobre o produto da quota  o da Região.
- c) 20% para o fundo de apoio à actividade sindical;
- d) 10% para a constituição de um fundo de reserva ou de patrim nio.

2 É A distribuição das verbas correspondentes ao fundo de apoio à actividade sindical obedecerá a critérios a fixar pelo Conselho Geral, sob proposta da Direcção Nacional, mediante verificação de necessidades, a partir da apresentação dos balancetes e relatórios de actividades sindicais mensais das Direcções Regionais.

3 É A aplicação das verbas correspondentes ao fundo de reserva obedecerá a critérios a aprovar pelo Conselho Geral, sob proposta da Direcção Nacional.

ARTIGO 72 

Saldos de exercício

1 É O saldo de exercício nacional transitar  para o Fundo Sindical.

2 É Os saldos dos exercícios das Regiões sindicais transitar o para os anos subsequentes, salvo decisão contrária do Conselho Geral, considerando-se sempre como valores pertencentes à Região em questão.

3 É O Conselho Geral poderá, com carácter de excepção, sob proposta da Direcção Nacional, autorizar outra aplicação para o referido no n 1.

ARTIGO 73 

Or samento, Relatórios e Contas

1 É A Direcção Nacional deverá submeter à apreciação e votação do Conselho Geral:

a) durante o mês de Novembro de cada ano, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte, acompanhados do parecer da Comissão de Fiscalização e Contas;

b) durante o mês de Março de cada ano, o relatório de actividades e as contas referentes ao ano anterior, acompanhado do parecer da Comissão de Fiscalização e Contas.

2.º O relatório de actividades e as contas, o plano de actividades e o orçamento, com os respectivos pareceres da Comissão de Fiscalização e Contas, serão enviados aos membros do Conselho Geral com a antecedência mínima de oito dias úteis sobre a data da realização do mesmo.

ARTIGO 74.º

Fundos das Regiões

1.º A fim de permitir a elaboração do relatório de actividades, das contas e do orçamento, as Direcções Regionais deverão enviar à Direcção Nacional, até dez dias antes da data prevista para a sua aprovação, o relatório e as contas, bem como o orçamento e o plano relativos à sua actividade.

2.º As alterações que impliquem aumento da despesa global ou dos montantes de cada sector carecem de aprovação do Conselho Geral ou dos Conselhos Regionais de Delegados, sob propostas da Direcção Nacional ou Direcções Regionais, conforme os casos.

3.º Os orçamentos poderão incluir uma dotação provisional não superior a 10% do montante global das despesas dotadas, para ocorrer a despesas não previstas e inadmissíveis, que os órgãos executivos poderão movimentar sem sujeição ao determinado no n.º 2.

4.º A mudança, no decorrer do ano, de órgão executivo por termo do mandato, destituição, renúncia ou abandono, dá sempre lugar à apresentação de contas separadas.

5.º No caso do número anterior, essas contas e correspondentes relatórios serão entregues à Comissão de Fiscalização e Contas nos 60 dias seguintes à cessação de funções do órgão substituído.

ARTIGO 75.º

Períodos de Gestão

1  Os períodos de gestão financeira dos órgãos do STAL correspondem a anos civis.

2  Os encargos de uma gerência podem ser pagos pelo orsamento dessa mesma gerência até 15 de Janeiro do ano seguinte.

3  No início de cada período de gestão financeira, a organizao nacional poderá socorrer-se do fundo de reserva para fazer face a encargos inadveis até que lhe seja consignada a verba estatutária, devendo o montante ser repostado no fundo dentro do mesmo exercício econmico.

ARTIGO 76

Princípios de Gestão

1  A contabilidade da Direco Nacional e das Direces Regionais deve ser uniforme e seguir um modelo que simultaneamente seja o mais completo e simples.

2  As Direces Regionais deverão remeter os diários de caixa para a Sede Nacional até ao dia 15 do mês seguinte  quele a que se reporta.

3  Serão elaborados e distribuídos balancetes com a regularidade ajustada  sua finalidade.